



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL

**ANEXO III**

**TERMO DE COMPROMISSO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO**

Eu, Nome completo, profissão, nacionalidade, portador da identidade (nº identidade), órgão expedidor/Estado, e CPF nº (nº do CPF), abaixo firmado, **assumo o compromisso de manter confidencialidade e sigilo sobre todas as informações técnicas e outras relacionadas, a que tiver acesso nas dependências das unidades da Polícia Federal.**

Por este termo de confidencialidade e sigilo **comprometo-me:**

- a) A manter sigilo, tanto escrito como verbal, ou, por qualquer outra forma, de todos os dados, sistemas, rotinas e informações vinculadas a esta unidade da Polícia Federal, não divulgando-as a terceiros sob nenhuma hipótese;
- b) A não efetuar nenhuma gravação ou cópia da documentação a que possa ter acesso na Polícia Federal;
- c) A não apropriar para mim ou para outrem de material a que tenha acesso nas dependências da unidade da Polícia Federal;
- d) A informar imediatamente ao fiscal do contrato, sobre qualquer quebra no sigilo ocorrida, ou possa ocorrer, bem como de pessoas estranhas ao quadro de servidores da Polícia Federal interessadas em obter informações da rotina ou dados desta unidade.

**Declaro estar ciente e assumo inteira responsabilidade pelo não cumprimento** do presente Termo de Confidencialidade e Sigilo, ficando ciente de todas as sanções administrativas e penais cabíveis para o caso.

Para efeitos penais, **estou ciente que:**

*Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública (art. 327 do CP).*

*Revelar fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo, ou facilitar-lhe a revelação (art. 325 do CP):*

*Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa, se o fato não constitui crime mais grave.*

*§ 1º Nas mesmas penas deste artigo incorre quem:*

*I - permite ou facilita, mediante atribuição, fornecimento e empréstimo de senha ou qualquer outra forma, o acesso de pessoas não autorizadas a sistemas de informática ou banco de dados da Administração Pública;*

*II - se utiliza, indevidamente, do acesso restrito.*

*§ 2º Se da ação ou omissão resulta dano à Administração Pública ou a outrem:*

*Pena - reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa.*

Local: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Compromissado

Testemunha 1: Nome Completo CPF:	Assinatura:
Testemunha 2: Nome Completo CPF:	Assinatura



Documento assinado eletronicamente por **ALAN DE SOUZA SUEDDE, Agente Administrativo(a)**, em 20/08/2025, às 12:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
[https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=64892329&crc=20604C0B](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=64892329&crc=20604C0B).  
Código verificador: **64892329** e Código CRC: **20604C0B**.

Referência: Processo nº 08255.003396/2024-42

SEI nº 64892329